

## **VERGONHA E CULPA: O CASO BRASILEIRO**

**Aluno: André Mandel Junior**  
**Orientador: Ana Maria Rudge**

### **Introdução**

O presente trabalho buscou tentar entender a forma e os porquês com que o brasileiro costuma se relacionar com as leis, porém através das contribuições dos estudos de Freud e a Psicanálise, sobre a angústia social e a angústia moral; e também com os estudos da Antropologia, através do livro “Carnavais, Malandros e Heróis” de Roberto da Matta, com os conceitos de indivíduo e pessoa. O estudo da ansiedade social (vergonha) e o da ansiedade moral (baseada em um sentimento de culpa) as relacionando com a sociedade brasileira, parte do pressuposto da importância do papel destas como reguladoras das relações sociais, da forma com os sujeitos balizam sua atitude perante a lei, representada pela moral social e pelo Estado, e, também, perante a si, como se vêem e se julgam.

A interface entre os campos dos dois autores se guia através de um viés de que partindo de um foco maior no intra-psíquico, representante do interesse maior da Psicanálise, talvez seja possível um melhor entendimento do grupo, objeto da Antropologia. Entende-se que devem ser deixadas de lado possíveis tendências a pureza das diversas ciências sociais, pois, de outra forma se perderia o objetivo maior que é o do entendimento do humano, sua subjetividades, suas relações, seu problemas interesses e etc.

### **Objetivos**

O uso da transdisciplinaridade, o relacionamento de áreas tão díspares como a Psicanálise e Antropologia, tem como foco uma melhor abordagem sobre a temática tão complicada que é o entendimento sobre essas características culturais brasileiras, como a em questão, que é a da predominância das relações pessoais, termo utilizado por Roberto da Matta e que se procurou relacionar, neste trabalho à noção de ansiedade social, tomada da Psicanálise. Essas relações pessoais culminariam nas balizas com que os indivíduos, a componentes da sociedade brasileira, guiariam suas atitudes. Sendo expressão disso, dentre outros aspectos, o “jeitinho brasileiro”, a flexibilidade, a maleabilidade com que tão comumente o brasileiro se coloca quando ao se ver submetido às restrições colocadas pelo Estado, e que, a princípio, teriam sido criadas com fins a uma melhor convivência entre os que a elas estivessem submetidos.

Outro ponto a que se tentou chegar é o de que não se procuraram respostas fixas quanto às causas e resoluções sobre a temática, mas sim apresentar um novo olhar a se somar a tantos outros das mais diversas áreas das ciências humanas.

### **Metodologia**

Trabalho teórico baseado em pesquisa bibliográfica principalmente dos autores Sigmund Freud e Roberto da Matta, porém com a contribuição de outros estudiosos.

### **A Entrada na Cultura**

Ao nascermos encontramos um mundo já constituído por uma cultura, esta fruto de uma herança sócio-histórica, de tal forma que desde o nosso primeiro momento, em nossa relação com esse meio, somos regidos por regras que estabelecem como devemos pensar, agir e

interagir uns com os outros. De maneira que “Conforme atendemos ou transgredimos os padrões, os comportamentos são avaliados como *bons* ou *maus*” (Aranha, 1995, p. 273)

Agir conforme o que determinam as normas sociais é agir moralmente, de acordo com os costumes, a própria etimologia da palavra explica isso: “moral vem do latim *mos, moris*, que significa “maneira de se comportar regulada pelo uso”, daí “costume”, e de *moralis, morale*, adjetivo referente ao que é “relativo aos costumes”” (Aranha, 1995, p. 274)

A entrada na cultura, esse processo de socialização a que o sujeito se vê submetido, acaba por ser algo que não apenas se inicia no nascimento, mas que acontece por toda a vida, pois sendo um ser social, que é o ser humano, ele está sempre tendo de se relacionar com outros. Nessas relações, conflitos de interesses podem sobressair, questões como com relação a posse de bens, procura por reprodução sexual, busca por comida, água, dentre outras necessidades e vontades, todas estas possivelmente podendo culminar em agressões mútuas, que de outra forma dificultariam o seguimento e desenvolvimento da espécie humana, acabam por serem amenizadas pelos “acordos sociais” que se estabeleceram no decorrer dos séculos e que são retransmitidos aos sujeitos por pais e mesmo pelos outros componentes da sociedade, e que se expressam nos chamados valores morais, nos “costumes”, como anteriormente citado.

Em seu texto de 1913, Totem e Tabu, Freud trabalha a idéia de que, nos primórdios da humanidade, o homem vivia junto a bandos sem leis e ordem social. Nesses bandos, o integrante masculino mais forte mantinha a posse de todas as fêmeas, não deixando que os outros machos com elas tivesse contato sexual. Nesse ínterim e em um determinado momento histórico, seus filhos e outros machos submetidos a seu domínio, se uniram e resolveram o matar, para que assim pudessem ter livre acesso às fêmeas, antes restrito apenas a esse líder tirano.

Com o fim do pai tirano, os outros machos não demoraram a entender que a nova liberdade quanto ao acesso às fêmeas e a competição que esta ocasionaria, acabariam dando início ao caos, ao assassinio mútuo e generalizado. Nesse processo e a partir da falta desse antigo líder, entenderam sobre a necessidade de que uma ordem parecida com a anterior se faria necessária, que um novo termo organizasse esse acesso às fêmeas desse grupo. Entende-se que algo como um laço social se dava nesse processo, sendo esse laço representado primordialmente pelo complexo de Édipo e por seus interditos, que de outra forma criam e servem para manter a convivência entre os homens.

Para o sujeito, ir contra a cultura em que nasce pode resultar em punições e sanções, que ele aprende desde sua infância. Nesse processo, que decorre do percurso de socialização do indivíduo e que culmina, de acordo com a Psicanálise, no complexo de Édipo, as leis, os interditos morais e as formas com que agem sobre o sujeito, se dão primeiramente por uma coerção externa, culminando com a internalização das mesmas na constituição do superego.

Quando nasce, o ser humano se encontra sem valores morais, sua primeira relação se dá com sua mãe, primeira pessoa a que tem contato e a que provavelmente mais irá se relacionar nesse seu começo de vida. Em seu desenvolvimento e amadurecimento, o sujeito irá passar por fases, dentre estas podendo-se destacar a pré-edípica e a edípica. Na fase pré-edípica o sujeito procurará obter prazer principalmente em determinadas partes de seu corpo, inicialmente sua boca, por conseguinte seus esfíncteres e por fim seu órgão genital. Inicialmente estes prazeres se darão de maneira auto-erótica e parcial, pois sua pulsão sexual ainda se manifesta de maneira fragmentada. Com a maturação biológica, também vem a maturação psíquica e a criança passa expressar essa pulsão em seus pais, momento em que dá a entrada no Complexo de Édipo.

Ainda na fase pré-edípica, a criança começa a notar que nem todos possuem o pênis, o menino entende que a menina teve o seu amputado, já a menina tem isso como um dano sofrido. No processo em que a criança passa a ter seus pais como objeto de amor e a expressar

sua pulsão sexual neles advém o medo da castração, o complexo de Castração e esse se relacionando com a entrada no Édipo.

Partindo de uma relação ambígua com seus pais, expressa ora por amor – como ao se comportar de maneira tenra quando tenta os conquistar: “o menino também deseja tomar o lugar de sua mãe como objeto de amor de seu pai” (Freud, 1996, p. 279) -, ora por ódio - ao encontrar em um deles um rival no amor do outro: “também o fato de que, nessa situação, encare o pai como rival perturbador e goste de se ver livre dele e tomar-lhe o lugar” (Freud, 1996, p. 278), o sujeito se vê em conflito com o que descobriu sobre a existência ou não do pênis. Para o menino este só seria mantido íntegro caso se identificasse com seu pai e recusasse o utilizar como instrumento de seu desejo por sua mãe. Esse desfecho de Édipo remeteria ao mito de Totem e Tabu, em que o pai primevo ameaçava castrar aqueles que não respeitassem seu domínio sobre as fêmeas do bando, sendo essa proibição do incesto a fundadora da Lei, da ordem humana. No caso da menina, como tratado por Freud no texto “Algumas Conseqüências Psíquicas da Distinção Anatômica Entre os Sexos”, o desfecho do Complexo de Édipo da mesma se ramificaria, podendo tomar uma rejeição pela Castração, dentre outros rumos que não serão tratados neste trabalho, mas que por fim confluem, assim como no Édipo do menino, no aparecimento do Supereu.

### **Desenvolvimento Moral do Sujeito**

Em o “O Problema Econômico do Masoquismo”, texto da segunda tópica, Freud explicita que no processo de constituição do superego do sujeito, teria passado, durante o decurso de sua infância, por um crescente e progressivo desligamento dos pais, no que concerne ao papel de indicadores morais, pois:

*imagos* que deixam lá atrás estão, pois, vinculadas às influências de professores e autoridades, modelos auto-escolhidos e heróis publicamente reconhecidos, cujas figuras não mais precisam ser introjetadas por um ego que se tornou resistente (Freud, 1996 p.185).

Inicialmente o sujeito introjetaria os primeiros objetos dos impulsos libidinais de seu id. Nesse processo, como anteriormente explicitado, a relação com esses objetos teria sofrido uma dessexualização, a libido tendo sido desviada de seus objetos sexuais diretos. O papel que o superego assume passa a ser o mesmo que seus pais então efetuavam: “O superego reteve características essenciais das pessoas introjetadas – a sua força, sua severidade, a sua inclinação a supervisionar e punir” (Freud, 1996, p. 185):

As catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações. A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal. As tendências libidinais pertencentes ao Complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas (coisa que provavelmente acontece com toda transformação em uma identificação) e em parte são inibidas em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição. Todo o processo, por um lado, preservou o órgão genital – afastou o perigo de sua perda – e, por outro,

paralisou-o – removeu sua função. Esse processo introduz o período de latência, que agora interrompe o desenvolvimento sexual da criança. (Freud, 1996, p. 196)

Ainda, em o Ego e o Id, considerando o superego como o herdeiro do complexo de Édipo, Freud observa que parte das funções do mesmo seria a de consciência moral do sujeito, a de regulador interno e de modelo a ser seguido, agindo e influenciando o ego. O ego por seu lado deveria conciliar as reivindicações das três instâncias a que se veria submetido, o id, o superego e o social onde vive o indivíduo. Nesse processo de “servidão” a que o ego estaria submetido, o não cumprir o que seria considerado como correto pelo superego, poderia gerar sentimentos de ansiedade, sendo essa proporcional ao quanto esse superego é crítico.

O desenvolvimento da forma com que esse sujeito se relaciona com as leis e sanções externas se dá em duas etapas, uma primeira, mais primitiva e pré-edípica, se caracteriza pelas sanções impostas, pelos pais, e que incidem sobre o sujeito como ansiedade social; a segunda, momento em que o sujeito já teria internalizado o papel de seus pais, a ação através do superego, este através da ansiedade moral. A diferença entre a ansiedade social e a moral é que, no caso da primeira a ansiedade sobrevém se alguém presencia algo que é feito e que o sujeito sabe que é mal visto pelo observador. Já na ansiedade moral, o sentimento de culpa se apresenta mesmo que o sujeito esteja só, porque certos valores foram introjetados em seu superego. Na verdade no decorrer de seu estudo ele entende que a culpa é o meio com a que a civilização se utiliza para inibir a agressividade inerente aos sujeitos, em fato a agressividade se voltaria para o sujeito, resultando em mais uma das ações do superego, expressa no papel de consciência do ego, que este detêm.

### **Ansiedade Social**

Freud, em o Mal Estar na Civilização, buscando um entendimento sobre os meios com que a civilização utiliza para inibir a agressividade e partindo da idéia de que esta é inerente a todos os sujeitos, observa que ela é introjetada e assumida pelo superego e expressa contra o próprio ego do sujeito, na forma de uma consciência, sendo resultado dessa tensão decorrente da relação entre a necessidade do sujeito de expressar exteriormente essa agressividade e a inibição desta por parte do superego, o sentimento de culpa.

Freud rejeita a idéia de que o sujeito já nasce com uma capacidade inata de distinguir o que é bom e o que é mal, o que é certo e o que é errado, entende que essa diferença não necessariamente é algo prejudicial ao ego “pelo contrário, pode ser algo desejável(...) e prazeroso para ele” (Freud, 1999, p. 75), mas que haveria na verdade uma outra influência que guiaria o sujeito no agir de acordo com o esperado. Essa submissão a que o ego da pessoa se coloca se relaciona com o desamparo e a necessidade dela com relação a outras pessoas, podendo ser melhor entendido como o medo da perda de amor, resultando que da perda deste amor a pessoa também poderia ficar desprotegida de uma série de perigos, então que o que é “mau é tudo aquilo que, com a perda do amor, nos faz sentir ameaçados. Por medo dessa perda, deve-se evitá-lo” (Freud, 1999, p. 76). Nesse momento a pessoa age de acordo com suas vontades, inclusive fazendo coisas más, desde que não esteja na presença de algum tipo de autoridade, de que não seja descoberta e que essa não a culpabilize. Não sendo descoberto, o sujeito não se sente culpado. Freud caracteriza esse tipo de atitude como predominante na infância, no momento pré-edípico do sujeito, mas que com o desenvolver do sujeito, esse papel de censor externo deixaria de ser realizado por seus pais e seria assumido pelo social onde essa pessoa vive:

o sentimento de culpa é, claramente, apenas um medo da perda de amor, uma ansiedade “social”. Em crianças, ele nunca pode ser mais do que isso, e

em muitos adultos ele só se modifica até o ponto em que o lugar do pai ou dos genitores é assumido pela sociedade humana mais ampla (Freud, 1999, p. 76).

O autor conclui que a ansiedade social fundamenta-se na renúncia às satisfações instintivas: “Originalmente, renúncia ao instinto constituía o resultado do medo de uma autoridade externa: renunciava-se às próprias satisfações para não se perder o amor da autoridade” (Freud, 1999, p. 77), e tendo efetuado essa renúncia “ficava-se, por assim dizer, quite com a autoridade e nenhum sentimento de culpa permaneceria” (Freud, 1999, p. 77).

### **Ansiedade Moral**

Em uma segunda etapa do desenvolvimento do sujeito, após o complexo de Édipo, o poder coercitivo, antes externo, passa a ser realizado pelo supereu que internalizou esta autoridade. Na realidade passa a ser este o momento em que “então devemos falar de consciência ou de sentimento de culpa” (Freud, 1999, p. 76). Nesse ponto já não haveria mais a necessidade de que se devesse estar na presença de um agente externo para se agir de acordo com o que seria socialmente aceito, esse medo de ser descoberto desaparece, porém a diferenciação entre “fazer algo mau e desejar fazê-lo desaparece inteiramente, já que nada pode ser escondido do superego, sequer os pensamentos” (Freud, 1999, p. 76). Agora a busca do sujeito é pela conquista do amor de seu superego, seu medo passa a ser a perda do afeto deste. Outro ponto é que a severidade deste supereu é relativa a severidade do antigo agente externo, que sucedeu e que agora, em parte, substituiu.

Quando agindo através da ansiedade social, bastava para o sujeito, mesmo tendo pensado em fazer a coisa má, não a fazer, para que ficasse isento da culpa e assim mantivesse a certeza do amor, porém quando por sob efeito do superego, a “renúncia instintiva não basta, pois o desejo persiste e não pode ser escondido do superego” (Freud, 1999, p. 77), ou seja, não existe mais a possibilidade de esconder esses pensamentos desse agente regulador, que agora passa ser o superego. O resultado dessa nova relação passa a ser o de uma contínua tensão interna, gerada por esse sentimento de culpa, que não mais cessa junto com a não expressão dessa pulsão.

### **Você Sabe Com Quem Está Falando?**

Roberto da Matta, em seu livro “Carnavais Malandros e Heróis”, tratou do que chamou por “dilema brasileiro”, onde procurou apresentar um novo ponto de vista quanto as interpretações que até então se baseavam no padrão que entendeu por “história de modo linear, com um princípio, um meio e um fim; com bandidos e mocinhos” (Da Matta, 1979, p. 13). Procurou nessa observação desconstruir essas imagens típicas de relações entre bons e maus, apresentando seus paradoxos, a forma com que personagens que a princípio seriam considerados “heróis”, podem se tornar “malandros” e vice e versa.

Um dos pontos abordados pelo autor é o sobre o “Você sabe com quem está falando”, que considera uma expressão desse paradoxo de relações pessoais que entende como o Brasil. Ele observa que se por um lado há um “sistema de relações pessoais tão preocupado com personalidades e sentimentos” (Da Matta, 1979 p. 14), que aproxima pessoas que originalmente seriam tão distintas, seja por localização social, seja por aspectos econômicos, por outro as hierarquiza como quando do uso de um “Você sabe com quem está falando”, que trata de as identificar e as segregar no que se refere a quem seria mais importante no extrato social. Outro dado é a busca do país em a se tornar uma república de direitos e deveres iguais entre seus membros.

Para seu estudo sobre o entendimento de como efetivamente funcionaria a sociedade brasileira, Da Matta buscou relacionar os conceitos que tratou por “pessoa” e “indivíduo”.

## **Pessoa**

Da Matta demonstrou que o conceito de pessoa predominaria nas sociedades em que houvesse uma hierarquia entre os sujeitos instituída através da “intimidade social”: “Nesse sentido, as relações podem começar como marcadas pelo eixo econômico do trabalho, mas logo depois adquirem uma tonalidade pessoal” (Da Matta, 1979, p. 148), tendo citado como exemplo a Índia e suas castas e a predominância parcial deste no Brasil.

A noção de pessoa teria uma premência em sociedades consideradas “holísticas, hierarquizantes e tradicionais” (Da Matta, 1979, p. 173), seria dada também através de uma espécie de máscara social que seria colocada em cima do sujeito. Nestas sociedades o sujeito seria complementar aos outros, tendo a totalidade maior importância do que ele, sendo a segmentação a norma.

Ainda como definição sobre sociedades guiadas pela noção de pessoa, entendeu a predominância de relações baseadas na intimidade, favor, consideração e respeito, além também de categorias que chama por “apreciações éticas e estéticas generalizantes” (Da Matta, 1979, p. 148), expressas em como um sujeito sendo bem apessoado, correto, de fino trato, bom, limpo, sujo, etc. Observa que esses tipos de características, no caso brasileiro, se apresentam como uma forma de compensar os conflitos que, de outra forma, seriam inerentes a qualquer sociedade, mas que aqui procurariam ser evitados. Entende ainda que com esse tipo de relação o sujeito deixa de lado possíveis universalizações das leis, dos decretos e da economia.

## **Indivíduo**

Sobre a noção de indivíduo Da Matta entende como algo ligado a uma predominância do impessoal, o privado, o anônimo, o universal, o igualitarismo, sendo o sujeito centro e foco do universo social. Nesse local o sujeito é livre, tem direitos e espaço próprio, tem escolhas que são vistas como seus direitos fundamentais, tem emoções particulares, sua consciência é individual, fazendo as regras do mundo onde vive.

Nos sistemas onde predomina o conceito de indivíduo “não existem segmentos, ou melhor, onde os grupos que ocupam o lugar dos segmentos tradicionais são associações” (Da Matta, 1979, p. 174). Nesses locais o sujeito se liga aos outros, em suas relações, pela predominância de sua própria vontade, seu mundo social é livre e separado do individual, o contrário do que acontece onde prevalecem as relações baseadas na pessoa.

O autor observa a incidência de relações baseadas no conceito de indivíduo no caso brasileiro, porém não deixando de explicitar que este age concomitante com o sistema guiado pela noção de pessoa. Como exemplo de um lugar onde a noção de indivíduo seria predominante, cita os Estados Unidos, onde os sujeitos usualmente se veriam como iguais, perante a lei e entre si, salvo as diferenças econômicas, todos estariam horizontalmente localizados no corpo social, com mesma valia, direitos e deveres:

“Essas bichas (filas) são um exemplo vivo da democracia norte-americana. Se o soldado chega antes do cabo, o cabo antes do sargento e o sargento antes do capitão, não há lei alguma capaz de alterar essa ordem. O oficial esperará sua vez com a maior naturalidade, pois sabe que todos os cidadãos têm direitos iguais perante a Constituição dos Estados Unidos, e não será pelo fato de serem soldados que deixarão de ser cidadãos” (Da Matta, 1979, p. 153).

## **As duas teorias**

Freud considera que os dois tipos de ansiedade - tanto a social, derivada da vergonha de ser visto agindo errado, quanto a moral, em que o sujeito age através de seu superego, de um lócus interno - permaneceriam no sujeito, mesmo após a constituição do superego: “Isso, contudo, é facilmente explicado pelo estágio infantil original da consciência, o qual, como vemos não é abandonado após a introjeção do superego, persistindo lado a lado e por trás dele”. O que se gostaria de considerar neste trabalho é que, de alguma forma, haveria a predominância de uma em detrimento da outra em determinados grupos sociais, sendo, no caso em estudo, a sociedade brasileira, a predominância da primeira, a ansiedade social.

Entendendo a ansiedade social, o agir correto com medo da supervisão externa, o medo de infringir os valores culturais, como vergonha; e a ansiedade moral como algo interno do sujeito, uma ação moral baseada no confronto direto entre o ego e o agente interno da supervisão, o superego, onde o sujeito se guiaria pela culpa, procurou-se os relacionar aos conceitos de indivíduo e pessoa trabalhados por Roberto da Matta. Considerando-se como pessoa tudo que se relaciona com a promiscuidade de relações, hierarquizações dos indivíduos, de maneira a negar ideais republicanos de igualdade perante a lei, o sujeito passaria a ser alguém, ligado a alguém, com um “nome” e uma posição social, agindo sempre através da forma com que se pensa que será tratado por seu grupo, ou seja pela ansiedade social, pela vergonha; por outro lado, relacionado a indivíduo, seria tudo aquilo que é derivado de homogeneidade social, mesmas leis para todos, mesmos direitos para todos, onde o sujeito agiria de acordo com o Direito guiado por uma valoração internalizada deste, ou seja guiado através de uma predominância da ansiedade moral, pela culpa. Os conceitos de indivíduo e pessoa refletiriam como essas pessoas se relacionariam e os de ansiedade social e moral, a partir de que lócus, de que pólo elas estabaleceriam essas relações e tomariam suas atitudes.

Em um lugar em que o social teria mais peso que a valoração sobre o sujeito, onde o desvio das normas poderia representar um abalo no sistema, o sujeito teria de agir em cima do que seria esperado por ele, tendendo a atuar a partir do pressuposto de que suas atitudes deveriam se guiar pelo que os outros esperam dele. Porém, em um local baseado em uma idéia de que todos são iguais, de que o sujeito seria o foco do grupo, que estaria no centro deste, o indivíduo tenderia a agir em cima de seus valores e não dos que possivelmente entrariam em choque com relações hierarquizantes e externas, predominantes nas sociedades baseadas nas pessoas, agiria através do que Freud tratou por ansiedade moral e não da social como no primeiro.

Realizando uma aproximação dos conceitos de pessoa e indivíduo, que Da Matta utiliza em seu trabalho, e os de ansiedade social e ansiedade moral, trabalhados por Freud, que gostaria de tratar respectivamente como pela predominância de atitudes baseadas na vergonha e na culpa, podemos entender a sociedade brasileira como uma que em princípio, de acordo com a idéia de Roberto, as relações se dariam através da pessoa e do indivíduo, e que desta maneira haveria a coexistência de sujeitos agindo moralmente tanto por valorar seu grupo, na incidência da vergonha, tanto por ter internalizado as leis, agindo dentro delas, mesmo quando da ausência de uma presença de autoridade coercitiva externa, o caso da culpa. Porém o que se pretendeu trazer nesse trabalho é que talvez haja, na sociedade brasileira, a predominância de um destes dois tipos de relação o “pessoal”, em que o indivíduo se guiaria através da ansiedade social, da vergonha.

## **Conclusões**

A presente pesquisa não buscou em definitivo, respostas, mas sim suscitar um outro olhar quanto a essa questão que é entender o social brasileiro, mesmo que através do paradigma intra-psíquico, representado neste caso pela Psicanálise, que a princípio estaria

mais focada no sujeito, mantendo o grupo em segundo plano. Mas que esse estudo do grupo através de um foco no sujeito talvez apresentasse algo que pudesse contribuir com outras áreas das ciências sociais, além da própria Psicanálise.

A idéia levantada sobre a possibilidade da predominância, no grupo cultural brasileiro, de um tipo de comportamento moral, baseado na ansiedade social, é apenas um viés de tantos outros sobre o problema, mas que como já mencionado não seria algo em terminante, porém que poderia suscitar mais instrumentos para outros estudos sobre o campo.

### **Referências**

- 1 – DA MATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.
- 2 – FREUD, S. **O Ego e o Id e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- 3 – FREUD, S. **O Futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos**. Edição digital: Jorge Zahar Editor, 1999.
- 4 – FREUD, S. **Totem e Tabu e outros trabalhos**. Edição digital: Jorge Zahar Editor, 1999.
- 5 – ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, H. P. M. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.
- 6 – LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B.; TAMEN, P. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- 7 – COSTA, D. B. **A crise do supereu e o caráter criminógeno da sociedade de consumo**. Belo Horizonte, 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- 8 – VERZTMAN, J.; PINHEIRO, T.; HERZOG, R. Vergonha , culpa, depressão contemporânea e perdão. **Trivium**, Rio de Janeiro, 2º semestre de 2009. Sessão Comunicação de Pesquisa. Disponível em: <http://www.uva.br/trivium/edicao1/pesquisa/1-vergonha-culpa-depressao-contemporanea-e-perdao-ufrrj.pdf.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2010.